

ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizaram duas sessões plenárias extraordinárias, nos dias 20 de outubro e 27 de dezembro de 2023, e uma sessão plenária ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, em que, para além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas, por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal de Almada, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

01 Voto de pesar pelo falecimento de Jorge Manuel Caldeira Barroso; 02 Voto de pesar "Pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel e de 75 anos de política de ocupação e de violação do direito internacional por parte de Israel"; 03 Voto de pesar "Por todas as vítimas dos ataques perpetrados pelo Hamas e pelo Estado de Israel"; 04 Voto de pesar "Pelas vítimas civis do conflito entre Israel e o Hamas"; 05 Voto de pesar pelo falecimento de José Luís Tavares; 06 Voto de pesar pelo falecimento de Sara Tavares; 07 Voto de pesar pelo falecimento de Margarida Tengarrinha; 08 Voto de pesar pelo falecimento de Fernando Cruz; 09 Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Gusmão; 10 Voto de pesar pelo falecimento de Sara Tavares; 11 Voto de pesar pelo falecimento de Francisco Leitão; 12 Voto de pesar pelo falecimento de Odete Santos; 13 Recomendação Política Climática de Almada; 14 Moção "Mais e Melhor Iluminação no Espaço Público"; 15 Moção "Em Defesa de uma Melhor Educação: 30 mil alunos sem professores"; 16 Moção "Sala de Estudo Noturna"; 17 Voto de saudação "Ao Dia Mundial dos Professores"; 18 Moção "Pelo fim do massacre do Povo Palestiniano! Por um Estado da Palestina soberano e Independente!"; 19 Voto de saudação "Vigília em defesa do Serviço Nacional de Saúde – 11 de dezembro de 2023"; 20 Moção "Pelo direito a envelhecer com direitos"; 21 Moção "75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos"; 22 Voto de saudação "25 de novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres"; 23 Moção "Pela defesa do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete"; 24 Voto de saudação "Ao Dia Mundial do Professor e à sua luta pela Escola Pública"; 25 Voto de saudação "Dia Internacional da Memória Trans"; 26 Moção "Não deixar ruir a Escola António José Gomes Imperativo de Cidadania"; 27 Moção "Um País para os Jovens – Isenção IMT"; 28 Moção "Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel"; 29 Moção "Criação da Feira Municipal de Emprego em Almada"; 30 Moção "Por Mais Abrigos nas Paragens de Autocarro"; 31 Moção "Urgente Requalificar as Habitações Sociais"; 32 Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para 2024; 33 Tarifário dos SMAS Almada para 2024; 34 Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2024, relativo ao Exercício Económico de 2023; 35 Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2024; 36 Participação no IRS sobre os rendimentos em 2024; 37 Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2023 (a cobrar em 2024); 38 Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada; 39 Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS Almada para 2024; 40 Opções do Plano e Orçamento da CMA e Mapa de Pessoal do Município para 2024; 41 Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB, E.M., S.A. para 2024; 42 Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2022 a maio de 2023); 43 Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2023 a novembro de 2023); 44 Plano Anual de Atividades do Provedor Municipal dos Animais de Almada para 2024; 45 Assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos do Parque Urbano da Charneca de Caparica; 46 Assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos do "RAC – Bateria da Raposa – Edifício dos Sapadores"; 47 Alteração da composição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Almada; 48 Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento; 49 Aquisição de frações autónomas habitacionais, no âmbito de oferta pública de aquisição lançada pelo Município de Almada; 50 Autorização para início do procedimento concursal da concessão para a exploração do Festival "O Sol da Caparica" durante três edições; 51 2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental) e Grandes Opções do Plano de 2023; 52 Assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos de "Sinalização de Segurança Rodoviária, Horizontal e Vertical da Rede Viária no Município de Almada"; 53 Transferência de competências na área da Saúde – Proposta de assinatura de Adenda ao Auto de Transferência; 54 Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda; 55 Assunção do compromisso plurianual com a consequente repartição de encargos da "Ampliação da Escola EB1 da Trafaria"; 56 Assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos da "Construção 18 Fogos, Quinta do Pombal – Monte de Caparica"; 57 Declaração de caducidade da reserva de solo para a execução de equipamentos públicos e de espaços verdes públicos, determinada pelo Plano Diretor Municipal de Almada relativamente a terrenos privados que não foram adquiridos pela Administração; 58 Transferência de competências na área da Saúde – Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030.

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Documentos/Editais 2021-2025 (2023)/Editais a partir do 131/XIII-2.º, assim como nas Atas n.ºs N.º 41/XIII-3.º; 42/XIII-3.º; 43/XIII-3.º; 44/XIII-3.º e 45/XIII-3.º.



assembleia
municipal
de almada



#34

fevereiro
2024

A Assembleia Municipal de Almada é o órgão deliberativo do Município de Almada, constituído pelos membros eleitos e pelos presidentes das Juntas de Freguesia e de União de Freguesias

am-almada.pt/index.php
geral.assembleia@cm-almada.pt
Tel.: 21 272 4014 21 274 8768
Fax: 21 276 62 63

Assembleia Municipal de Almada
Chalet Ribeiro Telles
Largo 5 de Outubro 34
2805-119 Cova da Piedade
Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30



c-almada@ps.pt

Em matéria de fiscalidade e de orçamento para 2024, a Câmara Municipal de Almada (CMA) escolheu o equilíbrio. Aliás, esta opção ficou bem demonstrada numa sessão da Assembleia Municipal de Almada: no quadro da derrama, se o CDS afirmou que a CMA deveria ter ido mais longe, ou seja, diminuindo mais o valor associado a esta rubrica, o BE referiu precisamente que o valor deveria ter aumentado mais. Ora, o PS de forma equilibrada apresentou, deste modo, uma proposta ponderada que vai beneficiar as empresas, mas sem retirar no valor destinado às famílias.

No apoio às famílias, a CMA volta a apostar na devolução do IRS, mas também no IMI familiar, permitindo que muitos Almadenses beneficiem deste apoio financeiro, numa época em que o custo de vida e a inflação ainda se faz sentir na vida dos munícipes.

A habitação também é alvo de atenção das opções orçamentais da CMA, pois considera, uma vez mais, o agravamento do IMI das casas e prédios devolutos. Não podemos continuar a ter tantos prédios e casas devolutas no concelho de Almada, quando existe tanta carência habitacional no país e também em Almada. Por isso mesmo, é urgente disponibilizar mais casas para as pessoas.

Além destes apoios, na resposta do SMAS, este ano voltará a existir a taxa social da água que apoia muitas famílias mais carenciadas e que permite reduzir o custo com um bem escasso e essencial à vida humana.

Evidenciamos a necessidade de investimentos para o ano de 2024, ao nível das infraestruturas desportivas, da modernização administrativa dos serviços e do atendimento e na melhoria da mobilidade em todo o concelho e que o executivo da CMA está empenhado com o trabalho que está a ser feito e do que ainda falta fazer.

Neste quadro, constatamos que o equilíbrio é mesmo a palavra de ordem do orçamento da CMA perspectivado para o ano de 2024 e continuaremos atentos, lado a lado com os Almadenses para melhorar a sua qualidade de vida.

Porque este é um Território de Muitos onde todos contam!



Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2024 não servem a população de Almada

almada@cdu.pt

O sétimo Plano de Atividades e Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de maioria PS não nos traz nada de novo.

Estes documentos confirmam uma gestão deliberadamente casuística, que transforma, a cada ano, a sua apresentação em mera operação de propaganda, onde o que se diz não representa nenhum compromisso firme perante as populações que, como tal, tenha de ser cumprido.

A verdade é que o orçamento para 2024 continua a ter o céu como limite. Apesar de no final do exercício, a execução da despesa representar apenas de 76% do orçamento inicial de 2023 [já sabemos que esta execução irá aumentar nas contas finais, à custa da redução do orçamento em 11 milhões de euros, verdadeira engenharia financeira a terminar o ano], o orçamento para 2024 aumenta em 25 milhões de euros o orçamento inicial de 2023, isto é, mais 15,3%.

Em 2023 foram orçamentadas despesas de investimento de 41,5 milhões de euros, mas apenas foram executados, até meados de dezembro, 11,2 milhões de euros. Não obstante, aí está novamente o PS a prometer para 2024 um investimento de perto de 46,3 milhões de euros, quando é para todos evidente que, muito dificilmente, esta maioria tem capacidade para executar 30% deste montante.

A área da habitação é paradigmática. Tendo orçamentado em 2023 cerca de 11,7 milhões de euros de investimento em habitação, a maioria PS apenas investiu dois milhões de euros, dos quais 1,2 milhões na aquisição de alguns fogos. Mas aí está o orçamento para 2024 a prometer perto de 15,9 milhões de euros para habitação. Promessas leva-as o vento, diz o povo, e a verdade é que nos últimos seis anos nada mais do que promessas tem a atual maioria oferecido aos almadenses!

A CDU tem sublinhado a extrema gravidade da possibilidade real de virem a ser desbaratadas em Almada, por incapacidade do executivo PS, as oportunidades abertas por um período em que são disponibilizados montantes financeiros muito consideráveis ao nosso país. Os almadenses não perdoarão essa incapacidade de resolução dos problemas, sejam eles na habitação, saúde, educação, ambiente, transportes ou acessibilidades.

Perante tantas necessidades de investimento, a CDU apresentou, no âmbito do direito de oposição, um amplo conjunto de propostas a concretizar. Nada de novo se passou, também aqui: das três dezenas de propostas apresentadas, nem uma foi considerada pela maioria!

Exigência de investimentos da responsabilidade do Governo, em que a posição do município não pode continuar a ser de amortecedor das reivindicações da população, mas seu firme porta-voz, e investimentos da responsabilidade do município.

A CDU propõe a construção de uma nova Escola Secundária na Charneca de Caparica e na Sobreda, a construção de novas instalações para as forças de segurança, a construção do porto de abrigo na Trafaria, a construção da estação ferroviária em Vale Flores, a criação de um nó de acesso à A2 na zona de Corroios, o prolongamento do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica (há muito previsto e de que o PS na última campanha eleitoral, de forma oportunista e com o primeiro-ministro hoje demissionário à cabeça, quis transformar em bandeira eleitoral), a reabilitação do parque escolar, a reabilitação dos mercados municipais da Costa da Caparica e de Almada e manutenção de todos os outros, a manutenção dos equipamentos desportivos e culturais municipais, a construção de habitação municipal para responder às necessidades da população.

Num momento em que as famílias suportam níveis de inflação anual nos principais bens e serviços do seu cabaz de compras ainda muito elevados, face aos aumentos de alguns bens e serviços já conhecidos, em que permanece para muitas o espectro de terem de suportar ainda agravamentos nas prestações com a sua habitação, e em que os aumentos dos salários ou pensões não foram suficientes para compensar o aumento do custo de vida, aquilo que a maioria PS oferece à esmagadora maioria dos almadenses são aumentos das tabelas das taxas, tarifas e preços na ordem dos 3,3%.

Esta maioria, em vez de ajudar os munícipes, apenas lhes dificulta, apenas lhes atrapalha a vida.

A CDU tem dito e reafirma: a população de Almada merece mais, muito mais do que aquilo que a atual maioria PS lhes tem proporcionado.

A CDU continuará a bater-se para que os almadenses vejam os seus interesses e as suas necessidades respeitadas pela sua Câmara Municipal. Algo que nos últimos anos, apesar das muitas promessas feitas, foi completamente ignorado pelo executivo municipal.

psdalmada@gmail.com



O Grupo Municipal do PSD destacou-se na última sessão da Assembleia Municipal de 2023, ao apresentar duas moções: **"Um País para Jovens – Isenção IMT"** e **"Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel"**.

No âmbito da primeira moção, "Um País para Jovens – Isenção IMT", foi aprovada a isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas dos Imóveis (IMT) para jovens com até 35 anos. Esta isenção aplicar-se-á a quem trabalhe e/ou resida em Almada há pelo menos cinco anos, no momento da aquisição do primeiro imóvel para habitação própria e permanente, desde que este não ultrapasse o valor de 200 mil euros.

A segunda moção, "Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel", teve como objetivo homenagear Dão (Ladrão), um canino notável da Cidade de Almada que faleceu em outubro de 2023. A proposta visa preservar a memória de Dão e utilizar a sua figura e memória como inspiração para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o bem-estar animal e a adoção animal responsável.

Por último, no âmbito do trabalho camarário, o PSD apresentou a proposta do novo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, que constitui a base para o projeto de revitalização dos Mercados de Almada. O novo modelo visa a renovação destes espaços, preservando as práticas tradicionais, ao mesmo tempo que se alarga a oportunidade de incluir bancas e negócios inovadores, acompanhando as novas tendências dos mercados europeus.

almada.bloco@gmail.com



Nas sessões de Assembleia Municipal realizadas nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, o Bloco de Esquerda apresentou:

a "Moção-saudação ao 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos", incentivando todos os órgãos de governo nacional e local a assumirem o compromisso de integral respeito dos Direitos Humanos, sejam civis, culturais, económicos, políticos ou sociais;

o "Voto de Saudação ao 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência sobre as Mulheres", prestando, desta forma, homenagem a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e a violência de gênero em todas as esferas da sociedade;

o "Voto de Saudação ao Dia Mundial do Professor e à sua luta pela Escola Pública", salientando a necessidade de ouvir os professores que estão na Escola e responder às suas reivindicações;

e uma "Moção pela defesa do aeroporto de Lisboa em Alcochete" considerando o BE ser esta uma opção ponderada na esfera ambiental, económica e estratégica, cumprindo os critérios de segurança e capacidade das operações de tráfego aéreo, sustentabilidade dos recursos naturais, conservação da natureza e biodiversidade, sistema de transportes terrestres e acessibilidade, ordenamento do território e desenvolvimento. Esta sempre foi a conclusão mais óbvia. Os interesses privados não podem estar acima do interesse público.

Por fim, sobre o auto elogio da presidente Inês de Medeiros sobre o que considera o maior orçamento de sempre da CMA, o BE lamenta que os anúncios e as promessas de grandes obras, grandes projetos não passem disso, anúncios e promessas.

Pode ser o maior orçamento de sempre nas tabelas de Excel da Câmara, mas com uma execução muito pequena no sexto município com as rendas mais caras do país. Com uma execução muito pequena na luta contra as alterações climáticas e a mudança do paradigma de mobilidade, uma execução muito pequena que não serve para a nossa cidade, nem para defender os interesses de quem aqui vive, estuda e trabalha.

CHEGA

partidochegaalmada@gmail.com

O desnorte deste Executivo para a situação das habitações ilegais em Almada é notório, o que ficou comprovado na sessão do Estado do Município e na reunião da Assembleia Municipal. Nas duas sessões, inquirimos quantos bairros ilegais existem, quantas pessoas lá vivem e o que está a ser feito para evitar a sua propagação. Quando confrontado, o Executivo indicou que o último grande estudo é de 2019, mas **não respondeu** aos dados pedidos. O Executivo faz anúncios mediáticos sobre a construção de 95 fogos (únicos ao fim de quase 7 anos de mandato e ainda nem iniciados), mas percebemos que não sabe sequer de quantos vai precisar, pois **não conhece a realidade**. Percebemos ainda que a política de combate ao surgimento de novos bairros é inexistente, pelo que podem surgir a qualquer momento e lugar. Alertamos também para uma situação em Almada, em que cartazes, placards e pendões do partido CHEGA são constantemente vandalizados, o que destaca uma preocupante fragilidade no sentido democrático local. A democracia pressupõe o respeito pelas diversas perspetivas e a capacidade de entrar em diálogo aberto, características cruciais para a saúde de qualquer sistema democrático. A procura pela democracia exige a proteção dos direitos de todos, independentemente das crenças políticas. **Só assim se defendem verdadeiramente os valores de Abril.**



O PAN questiona a política climática de Almada

almada.pan@gmail.com

O ano de 2023 é o ano mais quente alguma vez registado na história segundo o Copernicus – Programa de Observação da Terra da União Europeia, com uma temperatura de 1,4°C acima dos níveis pré-industriais. Chegados aqui, deve ser claro para todos, sobretudo para aqueles que têm responsabilidades políticas, que a mitigação e adaptação às alterações climáticas tem de ser uma das prioridades máximas da política pública, reconhecendo a situação de emergência climática. Recomendámos assim, em Assembleia, a elaboração de um plano municipal de ação climática, de acordo com a Lei de Bases do Clima que deverá ser aprovado em Assembleia Municipal e que inclua identificação dos setores que mais contribuem para a emissão dos gases com efeito de estufa; a medição das emissões carbónicas dos diferentes setores económicos; a definição de metas e estratégias para a redução dessas emissões por setor económico; a divulgação dessa informação, atualizada regularmente, através de uma plataforma eletrónica acessível a todos os cidadãos.



Presidente da Câmara, Inês de Medeiros, despreza os antigos combatentes

cds.almada@gmail.com

Sempre que questionada pelo deputado municipal do CDS-PP António Pedro Maco, Inês de Medeiros evita responder e foge às questões que dizem respeito à homenagem aos antigos combatentes do concelho. A postura da presidente da Câmara não se coaduna com as promessas que fez aos antigos combatentes, onde lhes prometeu a criação de um memorial ao antigo combatente e suas famílias, depois do CDS-PP ter apresentado a proposta em Assembleia Municipal, aprovada por maioria. Inês de Medeiros denota um profundo desprezo por antigos combatentes, negando-se, ano após ano, a incluir no orçamento e opções do plano, a criação do memorial público com vista à prestação desta mais que merecida homenagem. O CDS-Partido Popular, através do seu autarca, irá fazer chegar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, a inclusão da homenagem aos antigos combatentes, nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Informações úteis

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em am-almada.pt e em youtube.com/cmalmada